



PASQUIM FEMINISTA

INFORMATIVO LIBERTÁRIO ROSA GOMES

ANO VI

PASQUIM FEMINISTA
Publicação da
COLETIVA FEMINISTA GSEX
ANO VI-Nº4

Data de fechamento: 30/04/2025

Maria Meire de Carvalho
Coordenadora do projeto

Ana Gabriela Colantoni
Revisoras do projeto

Ana Carola Cavalcante
Design e Diagramação gráfica



A maioria tem uma história: qual é a sua?

por: Cecília Pessoa é bacharel em Direito pela UFF, fundadora e realizadora do "Palavra Inaudita" – território literário com foco na partilha e na construção de comunidades.

Demorei a perceber que era um caso de apagão pós-trauma. Foram precisos anos até reconhecer o que havia acontecido naquela viagem. Recalquei o episódio e segui minha vida.

Não tenho precisão de data, mas acho que foi no final da adolescência que me dei conta de que a minha sexualidade foi fundada numa violência – caso clássico de abuso na infância. Não me lembro da primeira vez que mencionei o ocorrido em voz alta, mas sei que não foi na terapia.

Eu já tinha deixado a psicóloga havia anos quando comecei a falar sobre o assunto com amigas. Essa é a primeira vez que menciono o fato em um espaço público. É desconcertante, mas acho que tem fundamento.

Enojada e esgotada das notícias sobre violência de gênero, comecei a me perguntar qual seria o meu grão de areia para viver uma realidade diferente. Sempre que o assunto aparece, fico impactada ao confirmar que a esmagadora maioria das mulheres que conheço viveu algum tipo de abuso.

Admiro quem tem coragem de denunciar o vivido, a despeito das consequências. Elas existem tanto para quem resolve contar quanto para quem silencia. E não há qualquer previsibilidade ou controle sobre seus desdobramentos, como mostra Tatiana Salem Levy, em *Melhor não contar* (Todavia, 2024).

Não sei dizer o que poderia reparar a minha tragédia. Apenas o impossível esquecimento me parece razoável. Contudo, tenho muita curiosidade sobre o que aconteceu em seguida, mas, por mais que vasculhe a memória, não encontro nada.

Não faço ideia de como se arrastaram os últimos dias de viagem, quantas noites ainda havia, ou como foi o retorno para casa. Também não consigo lembrar como a vida se desenrolou imediatamente após o vivido.

Na busca desenfreada por alguma lembrança, o que mais me encasqueta é o retorno à normalidade: o abafamento compulsório da violência e o estabelecimento de uma relação cordial com quem me tirou a possibilidade de inaugurar a vida sexual com alegria.

Ainda me pergunto como foi que consegui encarar essa pessoa de novo. Como a raiva, a vergonha e a consternação se transformaram nos sorrisos sinceros com que ainda sustento os nossos encontros.

Sinto culpa por nutrir algo bom em relação a quem me machucou e fez daquele dia um momento paradigmático. É algo que eu ainda não sei o que fazer, nem sei se saberei um dia.

Embora eu não tenha conseguido romper com quem fundou em mim esse trauma, ou pelo menos fazê-lo saber que me lembro e que foi terrível, sinto que algo se move toda vez que falo sobre o assunto. É por isso que escrevo este texto.

Quero incentivar quem me lê a falar sobre as violências sofridas. Não necessariamente em espaço público, mas em lugar seguro, com a pessoa possível. Se ainda não der para dizer em voz alta, que se permita ver a denúncia na ponta da caneta ou nos cliques do teclado.

Talvez quem escute, ao ser pego desprevenido, arregale os olhos. Há quem fique constrangido ao ouvir sobre o tema, mas, à medida que vão ouvindo, se acostumam e, quem sabe, até se encorajam a fazer o mesmo.

Por pior que seja a memória, aquilo que nos acontece nos constitui. E, como escreveu Aline Bei, em *Uma delicada coleção de ausências* (Companhia das Letras, 2025), depois de uma experiência dessas, nada mais pode existir sem se misturar ao que nos aconteceu.

Assumir nossas tragédias, que se perpetuam há gerações e seguem nos exasperando, é um ponto de partida. Não há mudança sem a gente verbalizar aquilo que nos forma, inclusive enquanto sociedade. A partilha convoca a solidariedade com quem guarda seus relatos sabe-se lá há quanto tempo.

Como seria colocar em linguagem a sua história, tirando do isolamento surdo uma desgraça individual que é também coletiva? É preciso multiplicar os espaços seguros para pronunciarmos nossos acontecimentos nefastos. Já passou da hora de articulamos nossas dores e corpos.

CRIMINALIZAÇÃO DA MISOGINIA: INSTRUMENTO PARA PREVENÇÃO E COMBATE AOS CICLOS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO

por: Izabela Lopes Jamar é Advogada Criminalista Feminista. Especialista em Sistema de Justiça Criminal pela UFSC, Especialista em Processo Penal e Direito Penal pela ATAME-Brasília, Pós-graduada em Jornalismo pela FAVENI. Pós-graduanda em Direitos das Mulheres.

A aprovação do Projeto de Lei que institui a Política Nacional de Combate à Misoginia representa um marco relevante no enfrentamento à violência de gênero no Brasil. A proposta parte do reconhecimento de que a misoginia não se limita a episódios isolados de agressão, mas constitui um fenômeno estrutural, enraizado em práticas sociais, culturais e institucionais que historicamente inferiorizam a mulher.

O texto legal define a misoginia como toda ação ou omissão baseada em ódio, aversão ou discriminação contra o feminino, abrangendo desde condutas explícitas até manifestações cotidianas, como a desqualificação da fala da mulher, sua objetificação e a manipulação psicológica. Ao fazer isso, o projeto amplia o olhar jurídico para além da violência física, alcançando formas sutis, porém igualmente danosas, de violência simbólica.

Um dos principais avanços da proposta está na adoção de uma abordagem integrada. O combate à misoginia deixa de ser responsabilidade exclusiva do sistema penal e passa a envolver políticas públicas nas áreas de educação, saúde, segurança e comunicação. A previsão de campanhas educativas, capacitação de agentes públicos e inclusão do tema nos currículos escolares evidencia a preocupação com a prevenção e a transformação cultural a longo prazo.

No campo penal, o projeto também endurece as respostas estatais, ao prever novas tipificações e o aumento de penas em casos de crimes motivados por misoginia, especialmente quando praticados em ambientes digitais ou com finalidade de ampla disseminação. Há ainda a responsabilização de plataformas e veículos de comunicação que contribuam para a propagação de conteúdos misóginos, o que dialoga diretamente com os desafios contemporâneos das redes sociais.

Outro ponto relevante é a previsão de medidas de proteção e assistência às vítimas, como atendimento especializado, apoio psicológico e criação de centros de acolhimento.

Essas iniciativas reforçam a ideia de que o enfrentamento à misoginia exige não apenas punição, mas também cuidado e suporte às mulheres afetadas.

Dessa forma, a aprovação do projeto sinaliza um avanço normativo importante, alinhado a compromissos internacionais de direitos humanos. Mais do que uma nova lei, trata-se de um passo na construção de uma sociedade que reconheça, enfrente e não tolere a violência baseada no gênero.



A misoginia e as violências de gênero como produto: o ódio contra as mulheres virou negócio lucrativo

por: *Maria Meire de Carvalho*

Sinceramente já estou farta de falar e escrever sobre misoginia, mas apesar de saber que, infelizmente, nem a minha voz e nem a minha escrita são capazes de sozinhas colir situações de violências de gênero, não posso recuar, preciso continuar insistindo em trazer essa temática como pauta de reflexão.

Para justificar a minha escolha temática, mais uma vez me apoio em dados colhidos em sites e jornais que também expõem essa realidade. Segundo dados da Midianinja, existem 137 canais brasileiros com conteúdo misógino que somam 3,9 bilhões de visualizações, sendo que 80% deles são monetizados.

Essa disseminação da misoginia lucrativa pela internet não se faz sozinha, ela se organiza através do aparato de uma sociedade patriarcal, capitalista e machista.

Na atualidade, essas redes operam com engajamento de um público masculino fiel e disposto a manter seu posicionamento público, inclusive com debates mantidos pelos ditos influenciadores digitais da machosfera.

Assim, o machismo e a misoginia são encarados como opinião e um posicionamento contrário ao feminismo toma-se discurso político de vitimização masculina.

Uma recente investigação internacional, divulgada pela CNN, denominada por operação "Academia do Estupro", expôs uma rede organizada de homens que utilizam aplicativos (motherlees) de mensagens para trocarem informações sobre como dopar e estuprar suas próprias esposas.

O comportamento não é novo, o que muda é a forma, o nível e a naturalização da monetização da organização. Esses sites ou grupos reúnem milhares de homens interessados em pagar para aprender, compartilhar e consumir essas violências. Em um único mês esse tipo de conteúdo teve mais de 60 milhões de visualizações. Isso revela muito mais que números, isso revela a manutenção da cultura do estupro.

Seguimos em pleno século XXI enfrentando, lutando e exigindo respeito ou ainda, simplesmente nos mantendo visionárias por um mundo onde possamos viver sem os estereótipos, sem a desqualificação de gênero, sem as violências. Clamamos por vida, não admitimos que sejamos mortas por sermos mulheres.



Nossos corpos na cena dos comentários.

por: Ana Carola Cavalcante

Há corpos em luto.

Corpos em tratamento.

Corpos atravessados por ansiedade, medo e processos que não cabem no olhar apressado de um comentário.

Ainda assim, alguém diz:

"Você está magra demais."

"Está abatida." "Você engordou."

Como se fosse simples. Como se fosse só aparência.

Mas não é.

Simone de Beauvoir já nos alertava: o corpo da mulher não é reconhecido como sujeito, mas como objeto de leitura.

Pierre Bourdieu também nos lembra que o corpo é capital simbólico. Ele não é apenas visto ele é avaliado, hierarquizado e convertido em valor social.

Há recusa em aceitar que há muito mais por trás de uma aparência do que o olhar alcança. Que o corpo do outro carrega histórias indisponíveis, processos que não serão explicados, dores que não se oferecem e não devem satisfação.

Dito isso, de minha parte, seguirei interrompendo o que se naturalizou:

o comentário como hábito, a invasão como rotina.

Porque nem todo olhar tem direito e nem toda pergunta merece resposta.



A "ALIENAÇÃO" E A "NEUTRALIDADE" SERIAM OBSTÁCULOS PARA O PROTAGONISMO DO FEMINISMO EM AMBIENTE COMUNITÁRIO?

por: Aline Paulista de Oliveira - Pedagoga, Especialista em Gestão e Políticas Públicas da Educação Profissional e Tecnológica-IFG.

Vivemos tempos difíceis para a pauta feminista. Atualmente, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de um instrumental interativo, ou seja, uma linguagem acessível para que as reivindicações feministas alcancem a comunidade em geral, que vive desprovida dos debates necessários para a emancipação das mulheres.

Uma infeliz realidade sociocultural forja a aceitação do patriarcado estruturante. E isso toma conta das leituras de vida e da conjuntura política, que acabam desequilibrando as tentativas de debates e enfrentamento que as mulheres feministas buscam para a transformação social, tanto no âmbito da comunidade, como nas instâncias legislativas.

Existem diversas nuances que atravessam as reflexões sobre mulheres na nossa sociedade, só hoje ao tocar o celular visualizei diversos recortes de problemas que poderiam ser abordados de maneira mais singela, e não me refiro a ser simplista, para que essas narrativas chegassem ao destino final - mulheres trabalhadoras que vivem à margem da sociedade.

A escrita para incitar a transformação da vida das mulheres vai além do ambiente de produção acadêmica. Temas como, violências, machismo, feminicídio e políticas públicas de inclusão precisam chegar de maneira certa sem o uso de linguagens rebuscadas. Essa interação pode impactar, inclusive a empregabilidade, o acesso aos programas sociais, levando a independência financeira dos seus parceiros.

Essa perspectiva aqui apresentada é somente um espectro reflexivo e urgente que devemos fazer sobre a real efetividade de ser mulher na nossa sociedade.

Várias temáticas podem ser levantadas por diversas frentes de atuação resolutivas, pois diversas violências e situações criminosas. Mas caem no conformismo por falta de uma consciência de gênero.

É fato que as narrativas RED PILL e INCEL impactam diretamente o âmbito social, considerando o que o ambiente cibernético e das redes sociais são de fácil acesso.

Entretanto, existe um potente fator que limita efetivamente as lutas feministas, qual seja, a alienação ou a "neutralidade" de posicionamentos.

Destaco aqui a alienação no sentido epistemológico da palavra, de atores, que deveriam ser os principais agentes de fortalecimento das lutas, não chegarem a conseguir entender os discursos favoráveis à própria emancipação das mulheres, é aí que entraria o protagonismo comunitário, lideranças políticas, religiosas, mulheres em geral e a classe trabalhadora atuando contra os discursos patriarcais. Assim, a execução de políticas públicas seriam a prioridade, a garantia de direitos e construção da igualdade, seja ela de gênero, classe, raça, dentre outros marcadores sociais, atendendo as pautas das "minorias".

Nesse sentido, é urgente sairmos das bolhas acadêmicas e dos grandes centros urbanos, é urgente que ações de extensão e frentes combativas cheguem como formadoras de protagonismo nos diversos ambientes coletivos: nas escolas públicas, nas praças, nas feiras, nas associações, nos conselhos, etc.

Falo das ações das diferentes políticas, em especial das que compõem as redes de proteção das "minorias", pois é essa rede que deve operar incansavelmente e efetivamente para a autonomia das mulheres.

Sobre a minha inconformidade, lembremos Audre Lorde que concebe a raiva e as inconformidades como arsenal de potencialidades contra as opressões, é preciso usar e focar nessa "fonte de poderosa energia a serviço do progresso e da mudança".

A Arte de “Vencer na Vida”

por: *Celisa Gonzaga - Assistente Social, e-mail celisagonzaga@yahoo.com.br*

Vencer na vida! Uma famosa frase que sempre está em termos cotidianos: “você tem que vencer na vida”, “fulano venceu na vida”, “preciso vencer na vida”, “ciclano não conseguiu vencer na vida”, mas e aí: o que realmente é vencer na vida??? Mais que dizeres populares, esses termos expressam uma cobrança social escancarada.

Para algumas pessoas, a mana que escolheu casar e ter filhos, ela venceu na vida. A mina que faz mochilão pelo mundo, venceu na vida. A mana que dedicou a carreira profissional e por isso abdicou conscientemente de relacionamentos amorosos e filhos, venceu na vida. A mana leva sua vida sexual de maneira livre, venceu na vida. Uma pausa. Devemos parar de medir a felicidade de nossa semelhante com a nossa régua de vida. Não é porque não te faria se sentir feliz e /ou realizada, que a outra não é feliz ou realizada com a escolha que fez. Parece óbvio dizer isso, mais até o óbvio tem que ser dito.

Nem tudo o que a outra escolhe precisa atravessar a nossa vida. Cada mulher carrega sua própria história, seus valores, seus caminhos, além de suas próprias dores e aprendizados. Tentar entender ou controlar as escolhas alheias pode gerar um peso desnecessário, como se tudo precisasse fazer sentido para nós, e não precisa. Há um alívio muito grande em aceitar que a outra é responsável por si mesma. As decisões que cada uma toma diz respeito ao percurso dela, não ao nosso.

Pensar assim não significa ser indiferente, mas sim demonstra respeito pelos limites que existem entre as pessoas. E está tudo bem. Está tudo bem não concordar, não entender completamente..

Manter a sua própria paz também é uma escolha importante. A vida fica mais leve quando aprendemos a focar no que realmente está ao nosso alcance: nossas próprias atitudes, sentimentos e decisões são os nossos caminhos, isso sim é vencer na vida!



Nem todo homem...

*por: Tatianna Dias do Amaral - Pós-graduada em Docência no Ensino Superior
tatianna.amaral@gmail.com*

Eu era uma mulher livre e independente
Mas veio um homem e me aprisionou
Eu amava dançar e me divertir
Mas veio um homem e me paralisou
Eu era uma mulher fogosa e ardente
Mas veio um homem e me castrou
Eu me sentia bonita e iluminada
Mas veio um homem e me apagou
Eu era uma mulher sonhadora e esperançosa
Mas veio um homem e me acordou
Eu era uma mulher que gargalhava
Mas veio um homem e me calou



Meu short não é um convite

por: Raquel Lima Souza

Teu comentário malicioso não é um convite ao meu short.

O teu dialogo ilícito não é um convite ao meu short.

O teu drink não é um convite ao meu short.

Meu corpo é livre, meu short também.

Tuas mãos sujas não é um convite para meu short.

As ruas desertas em que ele passa não é um convite ao meu short.

A minha insegurança não dá liberdade para atingir o meu short.

Meu short é de todos os tamanhos, 10, 12, 13, 14, 15,16,18,35,40, 60....

Alguns foram desfiados durante o percurso da vida.

Alguns perderam sua forma dos 12 para os 13, servindo para que a minha próxima geração os costurassem novamente.

Meu short é a fama para os lobos de plantão, e o culpado para a "realeza superior".

Mas para mim, é apenas uma forma de expressar meus sentimentos de mulher livre e independente, não deveria ser considerado como um homicídio doloso, pois o meu short não é um convite.

Lídia

por: Sinvaline Pinheiro

Ela atravessa a cidade todos os dias, apressada segurando um pacote de livros que não impede de acenar e cumprimentar as pessoas com um sorriso...

Sorrisão que não esconde marcas do tempo no rosto de uma mulher professora, mãe, dona de casa e da vida...

Somente uma mulher segurando um pedaço do mundo. É a Lídia professora, sempre cuidadosa com o saber, no afinco da leitura e da escrita.

E assim os anos pesaram os passos e a voz mais cansada, até que dormiu, descansou serena e forte...

Ficou pela cidade e no coração das pessoas, seu jeito amigo e os rastros eternizados na rua Araguaia. Lembrada pela altivez e sabedoria da Lídia professora, da Lídia poesia...

**COLETIVA
FEMINISTA
GSEX**



acompanhe nossas redes



@coletivagsex



UFG

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE GOIÁS